

Identidade, cultura e ação social: idéias e práticas.

Maria Luiza Mendonça*

Resumo

A noção de identidades, concebida hoje não mais a partir das grandes categorias que tradicionalmente lhe davam sentido, ainda pode ser de enorme valia para uma outra leitura de manifestações culturais populares. Estas podem ser vistas além de sua aparência folclórica, lúdica ou artística, numa perspectiva que as situe como cenários de práticas sociais e de construção subjetiva que podem se desdobrar em importantes processos sociais e em ganhos políticos.

Palavras-chave:

Identidade - cultura popular - legitimação

Reunindo fragmentos

Boa parte das análises que enfocam algumas das principais características da sociedade brasileira contemporânea mencionam, por um lado, o atual processo de aceleração do intercâmbio material e simbólico realizado pelos mídia e sua influência sobre as práticas geradoras de identidade e, por outro a consolidação dos mecanismos de desigualdade e de exclusão social como dois elementos fundamentais. A proposta, neste trabalho, é avaliar em breves linhas como estes dois fenômenos podem ser articulados de maneira a ampliar as possibilidades de compreensão das (e de intervenção nas) práticas sociais na esfera da produção cultural popular.

Em relação à velocidade da produção e circulação de mercadorias materiais e simbólicas, já é senso comum identificar este processo com o que se nomeia “globalização”, e que corresponde à etapa de reprodução ampliada e de circulação ininterrupta de capitais, mercadorias, idéias, comportamentos sem que se consiga identificar, numa primeira mirada, a origem de tal produção. A globalização, tal como

* Doutora em comunicação e professora da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da UFG.

posta, acelera a diluição das fronteiras geográficas e culturais, propõe novas formas de apreensão do real e desloca para um exterior indefinido o referencial constituinte das representações que os indivíduos fazem de si mesmos e de sua sociedade. Essa desestabilização dos mecanismos tradicionais de representação, colocam em crise os sistemas de referência que se reportam a parâmetros estabelecidos e bem conhecidos, componentes estratégicos na constituição das identidades individuais e coletivas que, bem ou mal, embasavam possibilidades e projetos futuros.

Identidade: refazendo as idéias...

Ora, ainda vale a pena lembrar que o problema da constituição das identidades tem sido abordado pelas ciências sociais tendo em vista a construção de um “eu”, tanto individual quanto coletivo, a partir das relações que se estabelecem entre o indivíduo e o grupo e entre este e a sociedade, considerando-se as formas culturalmente suportadas e estáveis de atribuir sentidos às práticas sociais, num processo que comporta a simultaneidade dos movimentos de identificação e de diferenciação¹.

A identificação baseia-se na aceitação de valores, crenças, idéias e práticas com as quais se tem afinidades e em que pesam o elemento valorativo, isto é, na adesão àquilo que representa o bom, o positivo. A diferenciação, por outro lado, privilegia o reconhecimento pelo outro do conjunto de características individuais ou grupais através das quais se quer distinguir. Esse reconhecimento que se busca no outro importa muito mais do que as características em si mesmas, o que indica que o conceito de identidade é, antes de tudo, um conceito relacional; é a afirmação de um “Eu” ou de um “Nós” diante de um “Outro”, de um particular específico diante de um geral. Dessa maneira, os processos de construção de identidades são considerados frutos das relações dos indivíduos ou grupos com processos sociais mais amplos e, portanto, compreensíveis a partir da busca de reconhecimento e de legitimidade para as suas especificidades.

Mas, se já não é possível, nesses vertiginosos dias da “modernidade ocidental” pautados pela velocidade, pela mídia, pelos deslocamentos constantes, colocar a questão da construção das identidades nos mesmos termos “tradicionais”, conservacionistas, de estabilidade de referências, ela não desaparece, não obstante mereça ser reposicionada e percebida através de novos ângulos. É necessário que

uma outra concepção de identidade considere as críticas ao conceito, especialmente aquela que o identifica com uma construção (muitas vezes atendendo a razões político-ideológicas) destinada a conferir uma aparência de homogeneidade a conjuntos desiguais e heterogêneos que possibilita eclipsar todas as diferenças e compor um conjunto mais ou menos fixo de atributos que serviriam de “modelo” ou “molde” para os cidadãos.

Em uma das revisões mais atuais do conceito de identidades, Garcia-Canclini², numa de suas mais recentes produções, relaciona os processos de identificação e de distinção ao acesso e consumo de certos produtos materiais e simbólicos previamente referendados pelos meios de comunicação. É evidente que posse ostensiva de certas categorias de bens, assim como o acesso a certos tipos de serviços, torna possível classificar os indivíduos como pertencentes a determinados segmentos sociais - isto é, as possibilidades e as práticas de consumo são elementos de identificação e de distinção social, econômica e cultural dos indivíduos. Este atrelamento pode, não raro, gerar uma “crise de identidade” para os segmentos permanentemente excluídos das possibilidades de consumo, sobretudo de um consumo destinado a distinguir e a estabelecer fronteiras.

Entretanto, essa perspectiva, assim como outras ainda mais radicais, pecam por ampliar de tal forma a noção de identidade que ela passa a abarcar uma grande diversidade de fenômenos comportamentais ou, num movimento inverso, reduzem o conceito ao parâmetro mercadológico: em qualquer das alternativas ele acaba por perder seu poder explicativo. Quando se fala de identidade, fala-se de identidade de alguém ou de algum grupo específico, de algo construído com base em relações sociais históricas e específicas, em referências mais sólidas que o consumo de mercadorias materiais e simbólicas, e não de uma simples demonstração de preferências pessoais. Não se pode confundir as identificações provisórias ou casuais (aquelas relacionadas ao consumo, ao compartilhar de forma isolada o mesmo espaço físico e a certas preferências mercadológicas) com o conceito de identidades num sentido mais rigoroso; seria empobrecê-lo, seria transformar as identidades em mercadorias para aqueles que se enquadram em determinados segmentos de mercado e possuem condições de consumi-las. E este empobrecimento não pode ser celebrado, não pode

ser visto como um conquista, uma liberação, uma ampliação dos espaços para o exercício da liberdade dos sujeitos contemporâneos.

De todas as maneiras, os indivíduos ainda precisam saber quem são, precisam de algum sentimento de pertencimento, de uma memória que esclareça o presente, para atuar como guias e fundamentos para a elaboração de projetos coletivos.

Na perspectiva de Tilman Evers³, em um pequeno ensaio sobre identidade e movimentos sociais, o primeiro passo para qualquer projeto de emancipação consiste em “tornar-se sujeito da própria história” e neste sentido a identidade é um elemento essencial, pois

“tanto a nível individual ou coletivo, a primeira tarefa, difícil, consiste em chegar a uma autopercepção realista de suas próprias características, potenciais e limitações, superando falsas identidades outorgadas de fora e atravessando as tempestades em que alternam excesso e ausência de auto-estima (...) e fundamentalmente, isto significa reafirmar a própria dignidade humana diante da experiência diária de miséria, opressão e devastação cultural”.

Repensar a noção de identidade a partir das diversas críticas e das limitações, vantagens e exigências teórico-práticas, da sua relação com novas formas - fragmentadas, parciais, informais - e nem por isso menos importantes de organização social, implica redefinir algumas questões especialmente no sentido de inseri-la mais efetivamente nos processos compreensão das rearticulações que acontecem na construção da sociabilidade.

Em primeiro lugar cabe salientar o entendimento das identidades como elementos importantes para a luta política material e simbólica e que se constróem (ainda) em referência aos quadros da experiência e às diferentes narrativas que compõem a vida da comunidade: sua cultura, sua memória, seu presente, seus projetos. Memória aqui não significa apego ao passado ou a raízes culturais ou históricas, mas o conhecimento de um percurso que explica e dá sentido ao presente. É importante, assim, reafirmar o caráter processual de identidade - e por processual entende-se aqui não o efêmero ou provisório, mas sobretudo o estar permanentemente “em construção” e em interlocução com o “outro”.

Para Muniz Sodré,

“Dizer identidade humana é designar um complexo relacional que liga o sujeito a um quadro contínuo de referências, constituído pela interseção de sua história individual com a do grupo

onde vive. Cada sujeito singular é parte de uma continuidade histórico-social, afetado pela integração num contexto global de carências (naturais, psicossociais) e de relações com os outros indivíduos, vivos e mortos. A identidade de alguém, de um si mesmo, é sempre dada pelo reconhecimento de ou “outro”, ou seja, a representação que o classifica socialmente”. (...) “é algo que se constrói, inventa-se, e sua vivência é alimentada pelos jogos existenciais e narrativos de uma comunidade, transmissíveis pelos usos capazes de configurar uma ética”⁴.

Por outro lado, a dupla face dos processos identitários mostra que eles são relacionais e valorativos: a construção de um “eu” ou de um “nós” se faz em relação a um “outro”, do qual se quer diferenciar e pelo qual objetiva ser reconhecido. Seu caráter valorativo informa que na construção de identidades existe a atribuição de apreciações positivas ou negativas a certos atributos ou características relevantes para a continuidade do grupo e que são acionados conforme as necessidades e possibilidades históricas de determinado momento específico, num movimento define também o seu contrário, ou seja, o ruim, o feio, o indesejável.

Este auto-reconhecimento e a constituição de um “eu” ou de um “nós” é fundamental para obter não apenas o reconhecimento social, mas também para afirmar diferenças e exigir direitos.

E, a partir do momento em que se admite que a identidade se relaciona com valor, com atribuição de sentido positivo às qualidades e especificidades do grupo em questão, admite-se também que valorizar certos aspectos implica desqualificar outros; implica inserir nos processos de construção das identidades dos diferentes grupos e movimentos sociais que lutam para ser reconhecidos e para ter reconhecidos os seus direitos um componente político e remetê-los à arena das disputas simbólicas.

E é na esfera da produção e circulação simbólica que esses processos afirmativos adquirem visibilidade e colocam na agenda temas e interesses que estão fora ou às margens dos discursos e das práticas hegemônicas e que por isto mesmo são frequentemente muitas vezes desconsiderados, ignorados ou desclassificados pela cultura (midiática ou não) hegemônica. As exclusões simbólicas têm suas razões políticas, que se vinculam à construção da hegemonia.

Com estas idéias em mente, é que se pretende afirmar a relevância dos processos de (re)articulação da identidade grupal situa-se na origem mesma do

reavivamento de várias manifestações culturais populares⁵ e das novas formas de associativismo como a maneira encontrada de promover o reconhecimento social.

... e as práticas

Às mudanças sócio-culturais e dos padrões de referências que provocaram a crítica ao conceito de identidade pode-se acrescentar a sedimentação das tendências liberais/modernizantes que, no plano das relações econômicas, cada vez mais aprofundam a clivagem social e agravam questões cruciais como a pobreza da maioria da população. A deficiência ou mesmo ausência de políticas sociais inclusivas, colocam numa posição marginal ou imobilizam as instituições tradicionais de reivindicação e de afirmação de direitos, responsáveis, em boa medida, pela colocação na agenda pública de temas e discussões relativas às demandas daqueles que delas participam.

Entretanto, a partir de meados da década de 80, assiste-se a emergência de novos fóruns de discussão pública, de reconhecimento e gestão de questões sociais relevantes, como saúde pública, educação, moradia, meio ambiente e outros tantos mais.

Se anteriormente as matrizes teórico/práticas das identidades se vinculavam a instituições formalmente organizadas, o esgarçamento do tecido social, a desarticulação das grandes representações, o questionamento das certezas acabam por transferir para o nível das “micropolíticas” a reorganização possível. No meio caminho entre as tradicionais grandes referências para a construção de identidades e a fragmentação social fomentada tanto pelas políticas econômicas quanto por uma cultura audiovisual e midiática regida pela velocidade e pelo consumo, surgem o que se pode denominar de espaços privilegiados de rearticulação de identidades, de reflexão, de organização e de produção cultural. A referência é às associações de moradores, grupos reivindicativos dos direitos da mulher e de outros segmentos que se julgam preteridos em termos de direitos sociais, organizações de defesa do meio ambiente, grupos de apoio a populações marginalizadas ou marginalizáveis em busca de uma ampliação de suas possibilidades de inserção na sociedade. Destacam-se nesse caso grupos que estão ou estiveram à margem dos processos tradicionais de associação - sindicatos, partidos, associações profissionais - e que utilizam sobretudo formas de expressão cultural ou artística como a dança, a música, o teatro como elementos

catalisadores de processos identitários e nos quais a produção cultural coletiva atua como ferramenta privilegiada para a recuperação da auto-estima e de uma perspectiva de reinserção social, e para a promoção de seu reconhecimento público ao mesmo tempo em que se reconhecem como sujeitos ativos. Pretendem assim, romper a barreira do silêncio uma vez que as sociedades, hoje, são capazes de produzir formas mais ou menos sutis de desconhecer o que não é como quer o modelo, de classificar e descartar seu lado sombrio, de designar o que é e o que não é aceitável, de apontar os lugares sociais de indivíduos e grupos.

Tornar públicas sua especificidade e sua história parece ser também um dos significados do renascimento de vários tipos de manifestações culturais tradicionais que pareciam relegadas a um plano secundário na agenda cultural e social e que atualmente estão sendo reabilitadas nas periferias das grandes cidades e também no interior. Obviamente o turismo e a tendência de consumo voltada para o “tradicional”, o “natural, o de “raiz” exerce uma influência não desprezível nesse “renascimento público” mas revela-se também uma oportunidade excelente para que, por intermédio da produção cultural, se possam reconfigurar, exprimir e legitimar publicamente não apenas a memória e a identidade, mas a reivindicação de seu direito à permanência e da aceitação das diferenças. Nesse sentido, representam para os participantes bem mais do que a expressão de uma prática cultural, mais do que a reatualização de uma memória coletiva; são manifestações de caráter estético, artístico, histórico que muitas vezes incorporam um “ethos” espetacular de resto já em sintonia com a espetacularização de quase todas as esferas sociais e indispensável para conquistar alguma visibilidade na cena pública.

Para corroborar essas afirmações basta lembrar que um número significativo de estudos sobre variadas manifestações culturais revelam que questões relativas à afirmação de identidades e respeito às diferenças se situam no centro mesmo de expressões culturais - e pode-se falar até mesmo em “movimentos musicais” - tão distantes entre si e diferentes em sua forma de apresentação como os grupos de música *funk* que grassam nas grandes cidades, os de *reggae* no Maranhão principalmente, ou os dançadores de congo e de outras festas tradicionais no interior do país. (Ainda há pouco, por ocasião dos festejos dos 500 anos do descobrimento, o os protestos de líderes de organizações indígenas que clamavam por respeito à sua

terra, sua cultura, sua gente e sua história fizeram aflorar mais uma vez na cena pública o tema das identidades grupais).

A importância desses espaços privilegiados de produção cultural popular se verifica, dessa maneira, menos no nível das conquistas objetivas do que no terreno da construção de identidades coletivas necessárias para a identificação, encaminhamento e sobretudo da legitimação, no espaço público, das demandas dos diferentes grupos sociais. A análise dos movimentos sociais efetuada por Vera Telles⁶ indica que a

“garantia formal dos direitos não significa sempre e necessariamente um reconhecimento público da legitimidade das razões e vontades, interesses e demandas de indivíduos e grupos sociais (...) pois os critérios publicamente estabelecidos de reconhecimento de legitimidade contêm, em si mesmos, um princípio de discriminação”(…) que acaba por eliminar, em função de sua origem, certos indivíduos e grupos do “direito a ter direitos”.

Assim, relacionar a afirmação de identidades e a busca de um reconhecimento legítimo de demandas e diferenças, transporta a questão para a esfera da luta simbólica, para o terreno da cultura e das práticas sociais. Trata-se já não mais da conquista de vantagens materiais apenas (ainda que estas não possam ser desprezadas), mas do questionamento das práticas instituídas, da inserção de novos temas na pauta de discussões, de uma aceitação pública de sua existência e da legitimidade de suas afirmações que, segundo Vera Telles, não acontecem sem “resistência e ambiguidades”, mas podem mobilizar uma noção de legitimidade e de justiça.

Na verdade, o que as ações desses grupos podem melhor nos informar refere-se tanto à fragilidade da ilusão de unidade social, quanto à insuficiência das identificações provisórias como processos sociais significativos e, mais ainda, à necessidade de alguma estabilidade de referências para a elaboração, publicização e reconhecimento de direitos e de projetos sociais coletivos.

Algumas conclusões

Para finalizar, resta ratificar a validade e proficuidade que o emprego de um conceito como o de identidade pode trazer, não só para a compreensão de vários fenômenos contemporâneos, mas sobretudo para o incentivo de práticas políticas (em sentido amplo) ainda que, muitas vezes descontínuas e desiguais no resultados, são destinadas a promover a emancipação, identificar e encaminhar demandas de grupos

específicos, possibilitar a inserção de determinado tema ou discurso no conjunto dos discursos sociais. Os discursos são as formas de possibilitar a publicização de idéias e permitir que valores que emergem de vivências específicas e de práticas concretas deixem seu caráter eminentemente particularista, possam ser reconhecidos por outros(s) e pretender qualquer disseminação, posto que mesmo os ideais grandiosos não nascem assim, ampliam-se e tornam-se amplamente aceitos ao longo do tempo. É o discurso público que possibilita inserir concretamente nos processos sociais novas práticas capazes de instituir uma sociabilidade mais atenta para as questões da democratização e das desigualdades, fomentar uma subjetividade em que o “outro” seja reconhecido e suas necessidades e direitos possam ser expressos, compreendidos e assegurados.

Mas, ainda que as formas simbólicas sejam elementos relevantes na construção de identidades e a sua afirmação dependa em grande medida de uma publicização e do acesso à mídia, é fundamental haver uma certa coerência entre o concreto vivido e o representado, do contrário se toma por identidade aquilo que, na melhor das hipóteses, não passa de mimetismo acrítico ou caricatura anacrônica e deslocada de modelos comportamentais oriundos de outras realidades e que perdem o sentido quando transplantados. Tendem a desaparecer, nesse caso, os ganhos obtidos pela ruptura com as fontes tradicionais de autoridade cultural - as religiosas, por exemplo - que ao longo dos anos impingiram aos setores populares sua marca e seus modelos.

Mais do que isso, entretanto, importa não esquecer que as possibilidades de acesso aos produtos materiais e simbólicos são desiguais e, por mais que os indivíduos tenham se desvencilhado das antigas formas de “enquadramento” indentitário, não raras vezes autoritárias, a qualidade da oferta cultural dos meios de massa é insuficiente para ampliar a capacidade de produzir uma cultura inovadora e relevante para a invenção de uma sociabilidade mais democrática, de uma nova subjetividade em que se inscrevam os ideais de igualdade, de respeito às diferenças e de disponibilidade para o diálogo igualitário. É evidente que as habilidades adquiridas a partir de um consumo material e cultural de baixa qualidade (em todos os seus níveis, da escola às rádios e TVs) não podem, como mágica, produzir um salto qualitativo em termos da excelência dos produtos elaborados e da capacidade de reflexão.

A luta passa, assim, pela organização dos grupos, por um acesso democrático aos equipamentos culturais e aos meios de comunicação, e pelo desenvolvimento de capacidade expressiva em particular no que diz respeito à possibilidade de colocar na agenda pública novos temas e situações capazes de questionar práticas e instituições e de inserir como legítimos direitos e demandas até então ausentes ou dissimulados de forma a separar claramente as diferenças culturais e as diferenças, mesmo culturais, fundadas na desigualdade ou em injustificáveis hierarquias sociais, pois a cultura não pode ser isolada das outras práticas sociais e econômicas.

Reconhecer a igualdade dos indivíduos, como bem afirma Muniz Sodré⁷, “não equivale a declará-los *idênticos*. A igualdade está em serem todos, enquanto humanos e tendentes a um comum-pertencer/diferenciar-se, *lugares* de um potencial de ações e realizações com possibilidades diversas de expressão”. Dessa maneira, uma das principais tensões que é preciso aprender a enfrentar refere-se à convivência democrática entre particularidades e normas universais igualitárias, de forma a permitir a existência e expressão de diferenças que não signifiquem ou sejam fundadas em desigualdades.

Bibliografia

- Cardoso de Oliveira, Roberto. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. S. Paulo: Pioneira, 1974.
- Debord, Guy. *A Sociedade do Espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- Evers, Tilman. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. São Paulo: *Novos Estudos Cebrap*: vol 2 nº 4, abril,1984.
- Maria Nazareth Ferreira (org.), *Cultura Subalterna e Neoliberalismo: a encruzilhada da América Latina*. S. Paulo: Celacc-ECA/USP, 1997.
- Garcia Canclini, N. *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio: ed da UFRJ, 1995.
- Muniz Sodré. *Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

Notas

¹ Sobre o conceito de identidade, ver Roberto Cardoso de Oliveira: *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. S. Paulo: Pioneira, 1974

² Garcia Canclini, N. *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio: ed. da UFRJ, 1995

³ Tilman Evers, Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. S. Paulo: *Novos Estudos Cebrap*, vol 2 no. 4, abril 1984, p.18

⁴ Muniz Sodré. *Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1999. P.34 e ss

⁵ Tendência detectada em recentes pesquisas realizadas. Ver a respeito, Maria Nazareth Ferreira (org) *Cultura Subalterna e Neoliberalismo: a encruzilhada da América Latina*.

⁶ Telles, Vera da Silva. *Direitos Sociais: afinal, de que se trata?* B.H.:Ed. UFMG, 1999,p.72

⁷ Sodré. op.cit. p.230